

---

CARLOS FORTUNA  
CLAUDINO FERREIRA  
PAULA ABREU

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

---

## Espaço público urbano e cultura em Portugal

---

85

*Partindo do reconhecimento de que um conjunto de circunstâncias variadas projectou recentemente a cultura para um lugar de grande centralidade no ordenamento social e político dominante em Portugal, este texto procede a uma discussão sobre as práticas culturais e os espaços públicos urbanos. Pretende-se avaliar as suas potencialidades para um eventual reforço dos espaços de participação e expressão colectiva e para a diversificação das*

*sociabilidades em Portugal. Nesses termos, ponderam-se os efeitos do carácter socialmente diferenciador da cultura e dos processos de mercantilização e normalização a que está crescentemente sujeita. Conclui-se que a relação da cultura com o espaço público é um jogo em aberto, que tanto pode saldar-se por um reforço da qualidade da cidadania, como pela cristalização dos enclaves de estilos de vida e das hierarquias sociais.*

**Q**uando, em 1929, Le Corbusier exclamava «Precisamos de matar a rua!»<sup>1</sup>, não estava apenas a anunciar um princípio político norteador da gestão urbanística das cidades modernas. Estava também a pressagiar um trajecto pouco glorificante para o espaço público urbano: «matar a rua» seria reduzir ou eliminar uma dada constelação multifacetada de culturas e fazer surgir, em seu lugar, uma outra configuração de cidade, socialmente mais homogénea, politicamente mais regulada e culturalmente mais complexa.

Não faltam exemplos da consumação do presságio e, logo, do modo como a natureza do espaço público se alterou e restringiu. Também não faltam interrogações sobre a sua inexorável concretização. Porém, interrogarmo-nos sobre se o curso da história poderia ter sido outro pode fazer-nos perder de vista os desafios que recaem, hoje, sobre o espaço público e, assim, sobre o trajecto futuro das sociedades.

### Introdução

*Os espaços sociais de diversão e exibição são hoje tão vitais para a cultura urbana como os espaços de residência e trabalho.*

David Harvey  
(1985: 256)

---

<sup>1</sup> Citado em Berman (1989: 183).

Um desses desafios, aquele que nos ocupa aqui, é o da relação da cultura com o espaço público urbano. No contexto da sociedade portuguesa contemporânea, este desafio pode ser enunciado a partir da premissa que sustenta a tendência deslizante para o retraimento do espaço público em Portugal e, correlativamente, da hipótese da sua redinamização por via da cultura. Posta em termos simples, a questão é a de saber do possível alargamento e densificação das sociabilidades e da participação cívica dos cidadãos, alcançados através da democratização da esfera cultural, seja no sentido da ampliação dos públicos e das vias de acesso, seja no sentido da diversificação dos bens disponíveis e da natureza das práticas culturais, seja ainda dos actores sociais e dos lugares a partir dos quais produzem cultura na cidade contemporânea.

Este texto, ao mesmo tempo que procura retomar algumas linhas de discussão sobre a relação da cultura com o espaço público urbano em Portugal, admite que há zonas desta relação que têm sido menosprezadas na avaliação de uma potencial regeneração da vida pública. Assim sendo, se analisamos, por um lado, as práticas culturais dominantes e mais convencionais dos portugueses, por outro lado, damos uma atenção particular a um conjunto de espacialidades urbanas que, por razões várias que a seu tempo explicitaremos, complexificam e reconduzem a relação da cultura com o espaço público ao domínio das sociabilidades urbanas.

Partindo do reconhecimento de que um conjunto de circunstâncias variadas projectou recentemente a cultura para um lugar de grande centralidade no ordenamento social e político dominante em Portugal, este texto tem um entendimento da cultura como recurso social que pode potenciar graus maiores ou menores de participação e envolvimento dos cidadãos na vida pública. Estes graus diferenciados de relação dos cidadãos com o espaço público são condicionados hoje pelas modalidades diversas de sujeição da cultura à lógica da mercantilização. Neste contexto, a análise das práticas culturais e dos espaços públicos urbanos permite que interroguemos as potencialidades que contêm, umas e outros, para um eventual reforço e diversificação das sociabilidades em Portugal.

A reflexão que aqui se ensaia tem como pano de fundo o reconhecimento de sinais manifestos de uma acelerada e intensa transformação que vem ocorrendo na sociedade portuguesa, em particular desde o 25 de Abril de 1974. Desde

então, a estrutura económica e de mercado e o quadro de relações políticas, como de resto a recomposição sócio-profissional dos grupos e das espacialidades, ou as referências e valores culturais e ideológicos dominantes assinalam, todos eles, marcas indeléveis de uma generalizada modernização sócio-cultural.

Em resultado disso, pesem embora algumas linhas de continuidade, a sociedade portuguesa de hoje revê-se mal nos seus antecedentes de há uns trinta ou quarenta anos atrás. Sinal da natureza densa e intensa daquela mudança sócio-cultural é o modo como, na discussão pública, se sobrepõem e combinam entre si diversas problemáticas e objectivos centrais, conferindo ao debate público, no decurso do tempo, uma configuração complexa e instável. Pensemos, por um instante apenas, como a centralidade da discussão sobre o político na esfera pública, típica da segunda metade dos anos 70, se fez acompanhar, no decurso da década de 80, da discussão sobre o desenvolvimento económico e as necessidades de infraestruturização do país. Os anos 90, por sua vez, sob o pano de fundo da europeização, trouxeram para as agendas públicas de debate e para outros tantos planos de acção governativa, central e local, o papel da cultura na modernização da sociedade, cruzada, aqui e ali, com a discussão sobre a globalização, a massificação dos consumos e as identidades sociais.

Ainda que entrelaçadas e sobrepostas, a maior ou menor preponderância destas temáticas na discussão pública enuncia a presença de distintos ciclos de acção governativa. Conforme os tempos, curtos, da vida democrática portuguesa, estes ciclos de acção governativa definem estratégias, convocam recursos, mobilizam agentes e estipulam princípios de acção diversos. O seu efeito consubstancia-se em modos de ordenamento social também diferenciados, ou seja, na capacidade de definir, a cada momento, aquilo que é social e politicamente central, secundário ou marginal.

Num texto em que, como deixamos já transparecer, se parte do princípio de que a cultura, considerada em termos amplos, ocupa um lugar de grande centralidade no modo actual de ordenamento social da sociedade portuguesa, as condições de produção, de difusão, de acesso e de recepção da cultura, ao lado da natureza das práticas e níveis de participação dos cidadãos revelam-se, presumivelmente, os critérios privilegiados de inclusão, segmentação e exclusão ou marginalidade social. Acresce a isto que, em resultado da aguda

polarização sócio-geográfica da sociedade portuguesa de hoje, estes critérios de ordenamento sócio-cultural são principalmente emitidos a partir dos centros urbanos. Na verdade, a discussão pública sobre o lugar da cultura em Portugal é profundamente delimitada no espaço urbano nacional e, não raras vezes, é uma discussão auto-referenciada. Sem ser este o lugar em que pretendemos enunciar os factores que presidem a esta recente centralidade do urbano, limitamo-nos tão somente a assinalar como a associação da questão da cultura ao domínio da vida urbana remete forçosamente para um questionamento do espaço público no Portugal contemporâneo.

O que dissemos antes reflecte-se no modo como organizamos o texto que segue. Assim, começamos por contextualizar teórica e historicamente a questão do espaço público, de modo a situar a experiência portuguesa das últimas décadas. Oferecemos, depois, um inventário dos principais contributos disponíveis para um entendimento alargado das práticas culturais em Portugal. Dos seus traços mais salientes releva a tendência para que os consumos da produção cultural massificada se desenrolem predominantemente na esfera doméstica e familiar, enquanto as produções culturais mais especializadas se mostram socialmente restritivas, privilegiando os jovens, os homens, os escolarizados, os urbanos e os membros das classes médias.

O entendimento da natureza destas práticas e consumos, bem como da relação de contratualidade<sup>2</sup> que os sujeitos estabelecem com os espaços em que se concretizam e, através destes, com os outros, reclama o alargamento do quadro geral oferecido pelo inventário das práticas culturais. Assim, em busca do valor heurístico daquelas espacialidades, encetamos, a terminar, uma reflexão geral sobre a dimensão plural do espaço público, através de um recenseamento de hipóteses de trabalho em torno de quatro conjuntos de espaços públicos urbanos, a saber, os *espaços marcadamente comerciais*, os *histórico-monumentais*, os *grandes equipamentos* e os *espaços da realização de eventos culturais efémeros*<sup>3</sup>. A

---

<sup>2</sup> O sentido que conferimos a esta noção inspira-se na relação que, segundo Marc Augé (1994), os indivíduos estabelecem com os lugares em que se situam. Como Augé sustenta, esta tende a ser uma relação de contrato directo com o espaço — no caso dos «não-lugares», onde predominam as relações de anonimato —, e uma outra de contrato entre sujeitos, mediado pelo espaço — no caso dos lugares orgânicos e comunitários, com espessura histórica e identitária própria —, como são algumas das espacialidades que se discutem em pormenor neste texto.

<sup>3</sup> Naturalmente, a vida cultural urbana desdobra-se em muitos outros con-

principal linha do nosso questionamento refere-se ao efeito de diluição ou de reforço que a participação nesses espaços pode conferir aos enclaves de estilos de vida e às formas restritas de interacção social que se constituem, caucionados pelo retraimento do espaço público, no quadro dos círculos conviviais estruturados em torno das relações de parentesco, de amizade e de trabalho.

Partilhando o ponto de vista que outros já puderam expressar, entendemos que o espaço público em Portugal se encontra hoje em fase de retraimento. Isto, no entanto, requer alguma explicitação.

Esta explicitação, de natureza teórica, refere-se ao sentido em que queremos utilizar o conceito de espaço público. Embora subsidiário da reflexão de Habermas (1989), o sentido em que utilizamos o conceito pretende estar atento também aos contextos espaciais em que a participação pública dos sujeitos se desenrola efectiva ou potencialmente. Como se sabe, as considerações de Habermas dizem sobretudo respeito à constituição histórica da ordem social burguesa, através da elaboração de um discurso racional e uma objectividade de julgamento, capazes de agregar interesses privados e convertê-los em questões públicas. De pendor crítico manifesto, o espaço público de Habermas, no entanto, é principalmente de natureza enunciativa, literária, erudita e racional, fazendo depender a sua receptividade da existência de uma comunidade interpretativa social e culturalmente homogénea e competente. Ora esta esfera pública, como melhor nos parece dever ser designada esta comunidade interpretativa, só lateralmente reconhece os espaços físicos onde, e a partir dos quais, se enuncia e interpreta o discurso crítico e racional da burguesia em ascensão (clubes, cafés, sociedades e tertúlias).

A concepção de espaço público que queremos utilizar concede à componente espacial da cidade um lugar mais

## **Sobre o espaço público e a experiência portuguesa**

---

textos espaciais e constelações de práticas e interacções que, embora igualmente constitutivas do espaço público das cidades, não cabe questionar neste artigo. Estamos a pensar, por exemplo, nas formas e expressões culturais que se elaboram nos espaços de interacção dos bairros, das colectividades e das festas populares (ver, entre outros, Costa, 1984, e Costa e Guerreiro, 1984); nos diversos espaços em que se materializam a pobreza, a exclusão social e a etnicidade (ver, entre outros, Almeida *et al.*, 1992, e Saint-Maurice, 1997); ou nos territórios estruturados em torno de práticas e de culturas marginais (ver, entre outros, Fernandes, 1998, e Sebastião, 1998).

central na constituição das práticas culturais e sociais. Procuramos, portanto, ter dele um entendimento menos exclusivista, que remete para uma esfera de interacção mais interclassista do que a esfera pública habermasiana. O sentido em que o procuramos usar é, assim, o de um espaço abstracto e interpretativo, mas também físico e material aberto, de interacção e encontro de diferenças sociais, étnicas e culturais que, aí, tendem a suspender ou a reduzir a sua desconfiança mútua e que se condensa sobretudo na cidade contemporânea.

A concepção que atribuímos ao espaço público é, portanto, também a de um espaço *produzido* socialmente. A ideia de um espaço *produzido* socialmente deve-se a Henri Lefebvre (1991), cuja formulação remete para o conjunto das relações sociais, políticas e ideológicas que o constituem e se forjam nele. Esta constelação de relações permite a Lefebvre oferecer, não apenas uma interpretação geral da ordem capitalista, mas também, e mais em particular, da espacialização das relações de dominação social. Neste sentido, Lefebvre admite que as expressões individuais e colectivas de contestação da ordem social de dominação se constituem naquilo que designa por «espaço de representação» ou, outras vezes, «representação espacial». O «espaço de representação» remete, então, para uma matriz simultaneamente físico-espacial, de acção e representação, em que se integram as mais diversas modalidades e actos de resistência e contestação cultural ou política, bem como manifestações de marginalidade social e transgressão mais ou menos duradouras<sup>4</sup>. O «espaço de representação» de Lefebvre é, assim, um espaço de liberdade da expressão individual e grupal totalmente aberto, cuja significação está para além da sua morfologia física e se refere aos mais diversos usos e investimentos simbólicos de contestação.

Para a discussão da cultura em espaço público urbano em Portugal que aqui nos ocupa, a contribuição de Lefebvre é importante, mas deve ser sujeita a um condicionamento. A

---

<sup>4</sup> Ainda que, ao tempo da sua reflexão sobre estas espacialidades, Henri Lefebvre tivesse em mente sobretudo as acções de contestação estudantil e social em França nos finais dos anos 60, tal não deixa de permitir estabelecer algumas linhas teóricas de aproximação com outras abordagens relativas a espacialidades que são objecto de investimentos simbólicos alternativos. Pensamos, entre outros, nos trabalhos de Victor Turner (1969), sobre os espaços *liminares e liminóides*, de Rob Shields (1991), sobre as *espacializações sociais*, de Peter Stallybrass e Allon White (1986), sobre a *camavalização* dos espaços, ou de Michel Foucault (1986), sobre as *heterotopias*.

questão parece poder ser posta a partir do facto de, por um lado, as práticas e os consumos culturais que recensearemos abaixo decorrerem em espaços convencionais, sejam eles os espaços domésticos ou os espaços e equipamentos especializados da expressão cultural e lúdica das cidades. Trata-se de espaços de admissão condicionada e condicionante e, por isso, não compagináveis com a dimensão «clandestina e subterrânea da vida social», como Lefebvre (*ibid.*: 33) entende o «espaço de representação». Por outro lado, quando nos referirmos a alguns espaços públicos urbanos que potenciam o reforço das relações de sociabilidade, resulta claro que são espaços com uma estrutura arquitectónica e uma lógica simbólica de funcionamento que impõem regras aos seus utentes e ordenam os seus modos de estar e de apropriação. Outras considerações à parte, o que estes espaços, especializados ou não, da cultura e do lazer revelam é que, apesar da sua qualidade formal de espaços públicos, impõem aos seus frequentadores a negociação de regras pré-estabelecidas e condicionantes da sua participação. Ora a ideia de um espaço público de acesso e expressão livres, individual e grupal, como a sustentada por Lefebvre – o «espaço de representação» – parece exagerar na suspensão dos constrangimentos sociais e simbólicos que os configuram. O nosso argumento vai no sentido de sustentar que tanto os espaços especializados da produção e consumo culturais, como os espaços auto-referenciados da cidade (como a rua ou a praça pública), por onde todos passam sem que ninguém aí permaneça, ou os espaços onde se permanece sem que ninguém ou poucos por aí passem (por exemplo, os espaços psicotrópicos das cidades), para nada dizer dos espaços de prolongamento do quotidiano de trabalho (por exemplo, os espaços de lazer ou de consumo massificado), todos eles, dizíamos, têm uma lógica própria, material ou simbólica, de ordenamento e de poder interno. Sem eliminarem por completo o mais livre e mesmo fantasioso investimento simbólico, contudo, em termos da acção social participativa que podem gerar, revelam-se espaços que, codificados e condicionantes à sua maneira, não deixam de prolongar, readaptando-a, a própria lógica de ordenamento e dominação social mais ampla. No extremo, dir-se-ia, a própria condensação espaço-temporal bakhtiniana da festa grotesca e carnavalesca, onde o «mundo se vira de pernas para o ar», como de resto também o espaço liminóide de V. Turner, onde impera o elemento lúdico e afectivo, correspondem a espaços

de ritual anti-ritual que suspende ou inverte temporariamente a ordem social para a reafirmar e lhe dar continuidade (Stallybrass e White, 1986). Por outras palavras, e em síntese, a reflexão que fazemos sobre o espaço público aceita o princípio da *produção* social e cultural do espaço sustentada por Lefebvre, mas não o princípio da liberdade irrestrita da sua representação e apropriação.

Retomemos, após estas delimitações teóricas, a clarificação da ideia do retraimento do espaço público em Portugal. Em tempos recentes, pode dizer-se que a mais aguda e exaltante manifestação do espaço público em Portugal, aquela aliás que mais se aproxima da concepção de «espaço de representação» de Lefebvre, correspondeu à fase, temporariamente delimitada, de grande intensidade de participação cívica e política de indivíduos, grupos e movimentos sociais que marcou o chamado período revolucionário pós-1974. A rua constituiu-se, então, no arquétipo da livre expressão política e a correspondente explosão do espaço público foi compaginada, por um lado, pela desregulação do Estado que viu limitada a sua iniciativa e, por outro, pela retração do espaço privado e familiar que, atravessado por inúmeras tensões, foi secundarizado enquanto esfera de modelação de atitudes e comportamentos. Este foi um período de densa sociabilidade, em que foram postas em causa as formas de ordenamento social do antigo regime e se lançaram as bases da institucionalização da democracia. A recomposição política e institucional do Estado em Portugal amorteceu este ímpeto da sociedade civil e, em numerosas situações, é mesmo possível dizer que a sua mensagem pública foi cooptada, para lhe ser devolvida sob a forma de retradução e de regulamentação<sup>5</sup>. Este processo estimulou uma «sociedade civil secundária»<sup>6</sup> que, constituída ao ritmo da crescente regulamentação estatal, é corolário do desenvolvimento, ainda que assimétrico e tecnicamente distorcido, do Estado-Providência em Portugal.

Ao mesmo tempo, a modernização do tecido económico e social impulsionou a diversificação dos meios e a intensificação dos efeitos da cultura de massas. Gradualmente, a lógica

<sup>5</sup> É evidente nesta interpretação a influência de Zygmunt Bauman (1987) quando discorre acerca do lugar dos *legisladores* e dos *intérpretes* no desenho político da relação do Estado com a sociedade civil na modernidade.

<sup>6</sup> A noção é proposta por Boaventura de Sousa Santos (1990) para frisar a regulação que o Estado exerce sobre instituições não-estatais dedicadas à prestação de bens e serviços sociais, processo pelo qual o Estado se reproduz na própria sociedade civil.



do mercado, do consumo e do individualismo fomentou o surgimento de enclaves de estilos de vida e de interações mais restritas e electivas. No domínio estrito da domesticidade e da privacidade reforçou-se e, assim, complexificou-se a questão da natureza da cidadania, não apenas enquanto conjunto de direitos, mas sobretudo enquanto expressão social de capacidades e competências<sup>7</sup>.

Neste novo ordenamento social, de forte feição mercantil e consumista, o retraimento do espaço público deve equacionar-se nos termos da natureza estratificada e selectiva dos consumos, materiais e simbólicos, e das práticas sociais. Numa sociedade em que a ordem do político se retrai e as modalidades de consumo se tornam um dos mais fortes modos de significação social, a relação dos sujeitos com a cultura e o lazer, a par de outros critérios, revela-se central na aferição das modalidades e graus de inclusão, segmentação e exclusão social.

A relação dos sujeitos com a cultura tem espacialidades próprias, de cuja diversidade resulta ser o espaço público no seu todo que se fragmenta e pluraliza. Nos espaços em que as práticas e os consumos culturais se concretizam, e muito especialmente naqueles que assumem um cariz colectivo e público, as modalidades e graus de inclusão e exclusão social pela cultura podem ser equacionados em vários planos simultâneos. Por um lado, e transversalmente à pluralidade dos espaços públicos, reconhece-se a incontestável presença de uma lógica de mercado. Nas suas diversas expressões, esta lógica opera como factor de normalização e homogeneização, seja sob a forma da padronização dos bens e serviços, da estandardização estética dos lugares e dos ambientes ou da industrialização da cultura e dos lazeres.

Deste ponto de vista, podemos afirmar que os espaços da cultura e do consumo obedecem crescentemente às formas de regulação características do «espaço estrutural do mercado», sugerido por Boaventura de Sousa Santos (1995) como o contexto em que a acção social se sujeita ao princípio do «feiticismo da mercadoria». Neste contexto, o cidadão converte-se em consumidor-objecto, cuja condição social é cada vez menos uma condição de participação cívica e cada vez mais uma condição alienada e atomizada.

---

<sup>7</sup> Esta é uma adaptação do argumento central de Richard Sennett (1986) acerca da «queda do homem público», associada ao reforço do individualismo e à diminuição do sentido do bem colectivo e da responsabilidade cívica e moral dos cidadãos.

Por outro lado, no entanto, é também verdade que nos espaços da cultura e do consumo intervêm outras lógicas que contrariam a dinâmica estruturante da mercadorização. Com efeito, eles incorporam dinâmicas e princípios típicos de outros «espaços estruturais»<sup>8</sup>. Pensemos, por exemplo, nas saídas em família que, assumindo forte cariz expressivo e potenciando o reforço dos laços familiares, prolongam para o espaço mercantilizado as relações e as afectividades características do «espaço doméstico». Ou no forte simbolismo associado a alguns espaços e eventos lúdico-culturais, que adquirem, pelo efeito da festa, da celebração ou da evocação de valores culturais partilhados, um poder de emblematização de identidades comunitárias (nacionais, locais, étnicas) típico dos princípios organizadores do «espaço estrutural da comunidade». Ou ainda nas acções de contestação e protesto que mobilizam grupos de cidadãos em torno da reivindicação do direito ao acesso ou ao usufruto de espaços de cultura e lazer de que se vêem excluídos ou privados, trazendo para esta arena as dinâmicas características do «espaço estrutural da cidadania»<sup>9</sup>.

O que concluímos daqui é que as práticas e os espaços públicos da cultura e do lazer contêm um potencial identitário, expressivo e eventualmente emancipatório que coexiste ao lado das dinâmicas de ordenação, normalização e controlo decorrentes dos processos de mercantilização e privatização. São, por isso, particularmente sensíveis para uma avaliação do dinamismo do espaço público, entendido como espaço de participação e expressão colectiva. Esta avaliação remete, em primeiro lugar, para uma sondagem da natureza e da distribuição social das práticas culturais e de lazer, aspecto que entre nós tem convocado um esforço apreciável de análise, sobretudo no contexto disciplinar da sociologia da cultura.

<sup>8</sup> Na sua teorização sobre os «espaços estruturais» da acção social nas sociedades capitalistas, Boaventura de Sousa Santos (1995) identifica seis espaços diferenciados, alguns dos quais são recuperados para a presente discussão: o *doméstico*, o da *produção*, o do *mercado*, o da *comunidade*, o da *cidadania* e o *mundial*.

<sup>9</sup> Exemplos destes tipos de situações são, no que se refere ao primeiro aspecto, os passeios de fim-de-semana em família com destino a centros comerciais, restaurantes e parques. Quanto ao segundo aspecto, uma ilustração recente provém da Expo'98, evento que foi investido de um forte simbolismo associado à representação da comunidade nacional e da sua modernidade. Finalmente, quanto ao terceiro aspecto, recorde-se o conflito em torno da pretendida reconversão do Coliseu do Porto em lugar de culto religioso. Este caso reveste-se, aliás, de um interesse acrescido, já que estimulou um debate na esfera pública (no sentido habermasiano) a respeito não só do próprio Coliseu, mas também do lugar da cultura na vida da cidade.

**Práticas  
culturais  
e relação  
com a cultura**

No nosso país, a investigação sociológica sobre a cultura tem actualizado grande parte das problemáticas teóricas e de investigação desenvolvidas no contexto internacional. Esse *aggiornamento* teórico tem-se centrado sobretudo nas dinâmicas de transformação da esfera cultural nas sociedades contemporâneas: *complexificação* das relações entre formas de cultura erudita, popular e de massas e interpenetração crescente dos campos especializados da produção cultural; *mercantilização* da produção e dos bens culturais e *reordenamento* das hierarquias culturais a partir dessa orientação para o mercado; *reconfiguração* da divisão do trabalho cultural, manifesta na tendência crescente de profissionalização dos criadores, de valorização dos intermediários e de concentração e especialização de organizações de produção e distribuição; *massificação* do consumo cultural (particularmente dos bens produzidos e distribuídos pelas indústrias culturais) e sua associação a fenómenos de estetização da vida quotidiana, às culturas juvenis e aos padrões de relação com a cultura das novas classes médias urbanas (Santos, 1994a e 1994b).

Do ponto de vista empírico, a produção de conhecimento é desigual e pouco uniforme. Na verdade, é relativamente escasso o conhecimento produzido sobre a oferta e as políticas culturais, a organização de campos especializados da produção artística/cultural e as carreiras dos respectivos produtores e difusores. Em contraposição, são dominantes os trabalhos relativos às práticas culturais dos portugueses, ainda que sejam manifestamente mais escassos os estudos sobre os públicos da cultura.

Não surpreende, portanto, que na breve resenha que aqui empreendemos, nos concentremos principalmente nos domínios em que mais se consolidou o conhecimento sobre a cultura em Portugal: o domínio das práticas culturais<sup>10</sup>.

Os estudos mais precoces oferecem uma inventariação extensiva dos seguintes aspectos: (i) posse de equipamentos culturais domésticos (aparelhos de rádio, televisão, vídeo, computadores, etc.); (ii) práticas de consumo de bens culturais de massa (televisão, rádio, jornais/revistas, livros, discos, etc.); (iii) frequência de instituições, actividades e acontecimentos culturais (museus, teatros, cinemas, exposições, concertos, etc.); (iv) práticas culturais amadoras (teatro, pintura,

---

<sup>10</sup> Uma síntese exaustiva dos trabalhos nesta área pode encontrar-se em Idalina Conde (1997).

música, etc.); e (v) actividades de lazer (os passeios, as saídas ao café, à esplanada, etc.). De entre os trabalhos disponíveis, devem salientar-se os quatro levantamentos de caracterização com dimensão nacional, ainda que com objectivos e objectos empíricos distintos. Entre estes, apenas o mais antigo tem por referência a população residente no país (excluídas, contudo, as Regiões Autónomas) e um objectivo de levantamento alargado de práticas culturais e de lazer. Os restantes estudos, ainda que com representatividade nacional, caracterizam-se por se centrarem em universos particulares (a população jovem), ou em práticas culturais específicas (as práticas de leitura)<sup>11</sup>. A este panorama devem acrescentar-se ainda dois inquéritos relativamente exaustivos sobre as práticas culturais dos habitantes da Área Metropolitana do Porto e da Grande Lisboa e, muito recentemente, dois estudos sobre cidades de média dimensão<sup>12</sup>.

O perfil extensivo e quantitativo destes trabalhos, ainda que permita delinear os eixos estruturantes das principais práticas culturais dos portugueses, das suas modalidades e dos seus cenários privilegiados, mostra-se todavia deficitário quanto à análise dos processos de atribuição e operacionalização simbólica subjacentes àquelas práticas. De um modo geral, os contornos mais visíveis destas modalidades e cenários culturais remetem para duas dimensões a realçar. Em primeiro lugar, o domínio esmagador das práticas desenvolvidas na esfera doméstica, dirigidas para a posse de microequipamentos técnicos, com valor duplicado no plano simbólico da posse e no plano utilitário do uso, eminentemente passivo e não operacional, e igualmente para o consumo de

---

<sup>11</sup> Referimo-nos respectivamente: ao estudo coordenado por Jorge Gaspar, levado a efeito entre 1985 e 1988, de que resultaram 9 relatórios sobre outras tantas regiões do país (Gaspar, 1988); ao inquérito realizado pelo ICS à juventude portuguesa, cujos resultados foram editados em 8 volumes temáticos, dos quais destacamos os dedicados aos lazeres (Pais, 1989), à convivialidade (Nunes, *et al.*, 1989) e aos bens materiais (Schmidt, 1989); e, finalmente, aos dois inquéritos nacionais aos hábitos de leitura dos portugueses (Freitas e Santos, 1992; Freitas, *et al.*, 1997).

<sup>12</sup> Os resultados dos dois primeiros encontram-se publicados, respectivamente, em Augusto Santos Silva e Helena Santos (1995) e José Machado Pais (coord.) (1994). Os dois estudos sobre cidades de média dimensão correspondem a dois projectos de investigação apoiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: um conduzido no âmbito do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, de que se encontra disponível o relatório final (Gaspar, 1998); o outro conduzido no âmbito do Centro de Estudos Sociais e das Faculdades de Economia de Coimbra e do Porto, de que se encontram disponíveis dois relatórios parciais (Silva *et al.*, 1998a; Santos *et al.*, 1998). Surgiu ainda recentemente um estudo sobre as práticas culturais dos estudantes do Porto (Fernandes *et al.*, 1998).

bens culturais massificados e mediatizados. Em segundo lugar, o estrangulamento, ou selectividade social, na passagem para as práticas culturais exo-domiciliares, especialmente as que são dirigidas para a frequência de equipamentos culturais convencionais e para actividades, eventos e produtores em actividade nos espaços locais, cujas produções culturais são mais especializadas e «cultivadas».

Em ambos os cenários se observam, contudo, fragmentações socialmente significativas, que relevam de localizações diferenciais dos actores nos espaços sociais estruturados de acordo com a idade, o sexo, a classe e os locais de residência. Neste contexto, os segmentos sociais que revelam índices superiores de consumos culturais são, tendencialmente, os jovens, os homens, os escolarizados e os urbanos. Por seu turno, entre os segmentos sociais mais penalizados contam-se os mais velhos, as mulheres, os menos escolarizados e os rurais, embora sejam diversas as formas de cruzamento e aglutinação destes vectores discriminantes.

Estes cenários enunciam, assim, uma complexa combinação de critérios e de mecanismos produtores (e reprodutores) de desigualdades e exclusões no acesso à cultura e nas modalidades da sua apropriação. Neles parecem reflectir-se desde logo os efeitos estruturais das desigualdades económicas e sociais e da distribuição diferencial das competências culturais e simbólicas. Também interferem aqui outros factores, relativos nomeadamente à organização da oferta cultural à escala local, cujas características são essenciais para a compreensão das procuras e dos consumos culturais, pois que podem actuar quer como travão, quer como elemento potenciador dessas procuras (Silva *et al.*, 1998b).

Importa, assim, recuperar os principais traços caracterizadores da estruturação da oferta cultural em Portugal. Apesar de este ser um domínio em que a produção empírica se mostra mais deficitária, os estudos disponíveis são consensuais na identificação de algumas tendências gerais: (i) forte concentração dos equipamentos, actividades, serviços e operadores culturais nos centros urbanos e, em particular, sua polarização em Lisboa e (a uma maior distância) no Porto; (ii) centralidade da intervenção do Estado na infraestruturação de equipamentos e serviços básicos, no apoio à produção cultural e na promoção de acontecimentos culturais; (iii) cres-

---

<sup>13</sup> Cf. Luísa Schmidt (1993) e Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.) (1998).

cimento da actividade dos *media*; (iv) evolução desigual do volume de actividades culturais registadas, que nalgumas áreas tem vindo a contrair-se e noutras a aumentar<sup>13</sup>.

Vale a pena fazer duas breves precisões a este propósito. No que se refere à primeira tendência enunciada, devemos acentuar a forte assimetria geográfica da oferta cultural urbana, caracterizada pela macrocefalia das áreas metropolitanas de Lisboa e, em menor grau, do Porto, e pela debilidade do restante tecido urbano. Como tem sido demonstrado pelos estudos sobre as cidades médias, esta debilidade manifesta-se mesmo ao nível das infraestruturas e dos serviços culturais básicos, produzindo um «ambiente sócio-cultural urbano (...) pouco qualificado» (Silva *et al.*, 1998b: 81), que não pode deixar de ser entendido como condicionante das procuras e ofertas culturais.

Relativamente à intervenção do Estado, é importante sublinhar, em primeiro lugar, os desequilíbrios existentes entre, por um lado, a consistência e a primazia das políticas de salvaguarda e conservação dos patrimónios arquitectónico, artístico e cultural (nas quais se enquadram grande parte dos esforços de infraestruturização de equipamentos e serviços básicos), por outro lado a persistência das políticas de promoção e apoio às actividades de produção e criação cultural (orientadas sobretudo para formas eruditas) e, por outro lado ainda, a debilidade das políticas dirigidas à formação de públicos (sejam elas de formação cultural e artística mais geral, de incorporação do ensino artístico no sistema de educação básico ou de orientação estratégica do ensino artístico especializado). Em segundo lugar, observa-se uma tendência recente para o reforço do papel das autarquias locais na infraestruturização cultural, de que é indicador o aumento do peso relativo das despesas municipais no volume total das despesas públicas em cultura (Santos [coord.], 1998: 109-115).

Do balanço que é possível fazer sobre o conhecimento empírico de que dispomos acerca da esfera cultural no nosso país, e em particular acerca das práticas e dos consumos culturais, resultam algumas linhas de questionamento sobre as quais gostaríamos de nos deter mais detalhadamente, em quatro planos distintos.

O primeiro destes planos é de carácter metodológico e diz respeito ao tipo de conhecimento de que dispomos sobre as práticas culturais. Como referimos anteriormente, repousando essencialmente em dispositivos de natureza extensiva e

quantitativista, esta abordagem tem permitido conhecer as formas e modalidades de consumo e prática cultural, privilegiando os pressupostos interpretativos de natureza estrutural, relativos à distribuição desigual de recursos económicos e simbólicos. Simultaneamente, porém, a mesma abordagem tem imposto limites analíticos que subalternizam duas outras dimensões constitutivas dos regimes de práticas culturais: (i) a análise dos contextos situacionais e de interação dos processos de apropriação e descodificação simbólica inerentes a essas práticas; entre outros aspectos, este enfoque permitiria problematizar o sentido dos diferentes actos de consumo (posse, uso, participação e frequência) e os modelos de relação com equipamentos, bens e serviços culturais (mais intelectivos, operativos ou fruitivos)<sup>14</sup>; (ii) a referência às condicionantes que os modelos de organização da produção e difusão das várias expressões culturais impõem ao recrutamento de públicos mais ou menos restritos, aos seus padrões de frequência e aos modos de recepção<sup>15</sup>.

Um segundo plano remete para as tendências que os perfis de práticas atrás identificados permitem constatar, dando conta de alguns aspectos das lógicas de transformação da esfera cultural no nosso país, que importa assinalar<sup>16</sup>. Assim, parece ser cada vez mais saliente o papel das indústrias culturais na configuração dos regimes de práticas culturais e na constituição de públicos da cultura. Geralmente associadas a contextos nacionais e transnacionais de produção e difusão, essas indústrias tornam acessíveis à esmagadora maioria das populações – nomeadamente aos seus segmentos mais desfavorecidos em recursos económicos e simbólicos e mais distantes dos centros de produção cultural – um conjunto de bens, serviços e equipamentos, cujos efeitos de democratização, sendo dificilmente contestáveis, podem no entanto ser problematizados. Na verdade, a expansão das indústrias culturais não pode deixar de ser associada ao desenvolvimento de padrões de consumo em que a formação e a fruição esté-

---

<sup>14</sup> A necessidade de reflexão e de trabalho empírico sobre os modos da recepção cultural foi já enunciada por João Teixeira Lopes (1996).

<sup>15</sup> Alguns esforços de atenção aos contextos organizacionais das relações entre oferta e consumo cultural encontram-se nos trabalhos de Idalina Conde (1995) e Helena Santos (1998) sobre públicos específicos de instituições e acontecimentos culturais.

<sup>16</sup> Tendências que se aproximam, de resto, do que tem sido observado noutros contextos europeus, nomeadamente em França, onde existem levantamentos regulares e sistemáticos sobre práticas culturais (cf. Donnat e Cogneau, 1990).

ticas se articulam ou submetem a motivações de cariz lúdico. A questão que se coloca hoje, e que está em aberto no debate público, é a da natureza e qualidade desta democratização e das formas de relação com a cultura que ela promove<sup>17</sup>.

Os perfis de práticas culturais dos portugueses dão também conta da relevância que os cruzamentos dos efeitos de idade, sexo, conjugalidade, escolaridade e classe têm na identificação das categorias sociais com maiores apetências para o consumo cultural (nomeadamente, para o consumo cultural não doméstico). Um dos aspectos mais nítidos que estes cruzamentos revelam é a inserção predominantemente urbana dos consumidores culturais mais regulares. Uma tal sobreposição põe a claro a crescente importância das dinâmicas culturais urbanas, quer na configuração da procura, quer na estruturação da oferta<sup>18</sup>. Mas assinala, também, a crescente aproximação entre os mercados culturais e os estilos de vida das novas classes médias urbanas<sup>19</sup>.

A terceira linha de questionamento decorre da constatação do carácter socialmente restrito dos públicos de instituições, acontecimentos e produções culturais e artísticas especializadas<sup>20</sup>, cuja difusão tende a ser estruturada localmente e a convocar lógicas de recrutamento de audiências mais selectivas. Esta restritividade suscita, naturalmente, algumas interrogações acerca dos critérios que presidem à constituição e fidelização dos públicos da cultura. Mas, na medida em que desafia os efeitos de democratização cultural que a elevação dos níveis de escolaridade poderia fazer esperar, coloca-nos também perante a questão dos *não públicos*: ou

---

<sup>17</sup> A programação e o consumo televisivos têm sido os objectos privilegiados deste debate público, que ganhou novo alento com a abertura da TV à iniciativa privada e a sua crescente sujeição às lógicas do mercado. Veja-se, a este respeito, a reflexão de J. Paquete de Oliveira (1995) sobre a recente transformação do universo televisivo em Portugal.

<sup>18</sup> Vários trabalhos têm mostrado como, em Portugal, os movimentos de recomposição social se caracterizam, entre outros aspectos, por uma concentração em espaços urbanos das categorias sociais mais jovens, escolarizadas e qualificadas profissionalmente, isto é, das novas classes médias (Almeida *et al.*, 1994; Ferrão, 1996).

<sup>19</sup> O papel que os consumos culturais ocupam nos estilos de vida das novas classes médias urbanas, associado ao poder simbólico e ao crescente protagonismo social e político destas classes, é também um dos factores explicativos da renovada centralidade da cultura no ordenamento da vida social e política do Portugal contemporâneo, a que atrás nos referimos.

<sup>20</sup> Usamos o conceito de *públicos* para dar conta do conjunto de actores sociais que desenvolvem práticas de frequência de instituições, acontecimentos e produções culturais concretas e não para designar o estatuto de *receptor cultural* extensível a todos os indivíduos e transversal a todos os grupos sociais.



seja, dos mecanismos que explicam a distância que um largo espectro da população mantém relativamente às produções culturais mais especializadas.

A reflexão sociológica sobre a democratização cultural em Portugal tem salientado os efeitos de barreira que os sistemas de disposições estéticas associados às hierarquias sociais e aos contextos de socialização operam sobre a formação das apetências culturais. Em consonância com esta perspectiva, autores como José Madureira Pinto (1994 e 1995) e Augusto Santos Silva (1995 e 1997) têm analisado e discutido as potencialidades e os limites da actuação dos poderes públicos e dos agentes culturais locais na mobilização dos sujeitos para a prática cultural. Simultaneamente, têm apontado algumas possibilidades de superação dessas barreiras a partir de políticas culturais e educativas continuadas, bem como de estratégias de dinamização dos tecidos culturais locais e de aproximação entre práticas de recepção e de criação. No entanto, parece-nos igualmente essencial desenvolver análises que permitam localizar a maior ou menor apetência por formas culturais especializadas no quadro mais geral dos sistemas de preferências e das combinatórias de práticas que moldam os estilos de vida dos indivíduos e dos grupos sociais<sup>21</sup>. No nosso entender, este aprofundamento analítico é igualmente fundamental para uma melhor compreensão da *décalage* recorrentemente observada entre, de um lado, o crescimento das categorias sociais com competências escolares e culturais elevadas e com capacidades de reconhecimento de criações culturais e, de outro lado, os seus baixos índices de consumo das produções culturais especializadas.

Finalmente, o quarto plano de questionamento acerca da esfera cultural remete para a insistência que as interpretações dominantes têm posto sobre a *domesticização* crescente das práticas culturais. Esta insistência tem iludido a importância de um conjunto de *práticas de saída*<sup>22</sup>, tradicio-

<sup>21</sup> Um dos principais limites dos estudos sobre práticas culturais em Portugal provém das técnicas de análise em que assentam. Estas não têm avançado no sentido da elaboração de modelos estatísticos capazes de dar conta das combinações entre práticas culturais diversas e das suas correspondências relevantes com categorias sociais diferenciadas. Por esse motivo, colocam limites à interpretação que é possível fazer a respeito da associação entre práticas culturais e estilos de vida.

<sup>22</sup> Utilizamos aqui a noção de *práticas de saída* para nos referirmos ao conjunto das várias práticas culturais e de lazer que se processam nos espaços públicos e de uso colectivo. Excluem-se, portanto, as práticas especificamente domésticas e aquelas que prolongam o espaço intimista e privado da casa para outros espaços similares (por exemplo, as casas de amigos e familiares).

nalmente classificadas como práticas de lazer, orientadas para as sociabilidades informais, a fruição lúdica dos espaços e a procura da diversão, secundarizando as potenciais relações entre práticas culturais e práticas de lazer realizadas no espaço exo-domiciliar. Com efeito, quando se trata de problematizar as práticas que se realizam fora do espaço doméstico, a atenção recai essencialmente sobre aquelas que se dirigem para a frequência/consumo de equipamentos e expressões artísticas e culturais eruditas, «cultivadas» e especializadas. É neste contexto interrogativo que ganha relevância a «cultura de saídas», noção que identifica padrões regulares e tendencialmente cumulativos de consumo cultural exo-domiciliar, polarizados pelas «saídas culturais» em sentido estrito, isto é, as saídas dirigidas para aqueles tipos de expressões artísticas.

No entanto, os resultados dos inquéritos dão conta, todos eles, do peso e da importância que as saídas orientadas para actividades de lazer (em que as vertentes lúdica e convivial se podem combinar, em maior ou menor grau, com a procura de formas de cultura «cultivada») têm no conjunto das práticas culturais dos portugueses. Com efeito, entre as práticas que registam maiores taxas de frequência, logo a seguir às domésticas mais massificadas (televisonamento e audição de rádio), contam-se as de convivialidade em círculos restritos (visitas a parentes e amigos, almoços e jantares em casa destes, etc.) e as orientadas para espaços públicos de lazer, diversão e consumo (praia, parques, centros comerciais, zonas de diversão, centros das cidades). As primeiras (de convivialidade restrita) traduzem sobretudo um prolongamento da esfera doméstica, que assim se desdobra e multiplica em múltiplos espaços privados. As segundas, pelo contrário, configuram um universo heterogéneo de *práticas de saída* que, apesar de revelarem uma maior transversalidade social do que as «saídas culturais» (em sentido estrito), não deixam de se encontrar também desigualmente distribuídas pela estrutura social.

As *práticas de saída* incorporam, em grau diverso, um valor expressivo, convivial, comunicacional e simbólico que não deve deixar de ser considerado em si mesmo e avaliado pelo lugar que ocupa na organização das interacções quotidianas e na modelação das formas de relacionamento social e afectivo dos sujeitos com o mundo que os rodeia. A sua importância não pode, por isso, deixar de ser reconhecida, tanto mais quanto vários estudos têm demonstrado o papel

que elas podem desempenhar na socialização dos jovens, na constituição e renovação das redes de sociabilidade e interconhecimento, na formação dos estilos de vida das diversas camadas sociais, nos processos identitários e simbólicos suscitados pela relação que, por seu intermédio, os sujeitos estabelecem com os espaços, os objectos e os recursos culturais (aqui em sentido amplo)<sup>23</sup>.

Estas *práticas de saída* revestem, por isso, uma relevância especial para as questões em discussão neste texto. Elas constituem uma das formas de acesso dos sujeitos ao(s) espaço(s) público(s) em que mais vincadamente se manifestam as tensões entre a cultura e o mercado, tensões à luz das quais se reequacionam hoje as condições de exercício da cidadania e de participação na vida colectiva, sobretudo no contexto urbano.

Este facto reenvia para a importância dos espaços em que tais práticas se materializam. Marcados pelas dinâmicas cruzadas da cultura e do mercado, esses espaços, apesar de promoverem, em circunstâncias diversas e em graus variados, o encontro e a interacção entre diferentes grupos sociais, são também produtores (e reprodutores) de segmentações sociais e culturais. A sua forma de organização e regulação interna, por um lado, e os usos que permitem ou que suscitam, por outro lado, configuram-nos ora como lugares de cosmopolitismo e miscigenação, ora como lugares de selecção e exclusão social. Eles constituem, por isso, contextos privilegiados para a sondagem dos processos através dos quais a cultura, o lazer e o consumo potenciam ou limitam a participação dos sujeitos no espaço público urbano.

O modo como entendemos a noção de *práticas de saída* e o questionamento que pretendemos fazer do grau de dinamização actual do espaço público em Portugal levam-nos agora a tecer algumas considerações acerca da espacialização das práticas culturais e das actividades de consumo e de

**Espacialidade  
urbanas,  
cultura  
e mercado**

---

<sup>23</sup> Estamos a pensar, entre outros, nos estudos de José Machado Pais (1993) sobre as culturas juvenis, que mostram exemplarmente a importância simbólica e identitária das *práticas de saída* organizadas em torno do lazer para os grupos de jovens. A manifestação das componentes expressivas, conviviais e identitárias das práticas de lazer foi também aferida nos estudos realizados no âmbito do Centro de Estudos Sociais sobre práticas de turismo e lazer em cidades históricas (Fortuna, 1995a), em estâncias termiais (Ferreira, 1995), no quadro do turismo internacional de jovens (Abreu, 1995) e entre as classes populares (Estanque, 1995).

lazer e, mais em particular, do modo como estas se articulam com a organização sócio-espacial das cidades e a vida colectiva.

Numa sociedade em que a produção e o consumo são os modos dominantes de ordenamento e significação social, a análise das práticas culturais em espaço público não deve, sob risco de enviesamentos vários, como já dissemos, ocultar o papel de práticas e expressões culturais que se inscrevem nos espaços não convencionais e especializados da produção e consumo culturais. O princípio da sua enunciação não deve obedecer, como argumentámos anteriormente, a uma lógica radical de livre expressão e total ausência de constrangimentos como a que subjaz aos «espaços de representação» de Lefebvre.

Ao longo das últimas décadas a associação entre consumo, lazer, turismo e cultura tem constituído um dos principais factores da reorganização económica, espacial e paisagística das cidades, bem como da modelação dos estilos de vida urbanos (Zukin, 1995; Featherstone, 1991). Essa associação tem-se reflectido, nomeadamente, no surgimento, desenvolvimento e reconversão de um amplo e diversificado conjunto de novos espaços, que se organizam em torno daquelas actividades e onde se materializa uma boa parte das *práticas de saída* a que nos temos vindo a referir. No contexto da crescente fragmentação a que a vida urbana está sujeita em sociedades complexas, os espaços de lazer e consumo cultural revelam-se não apenas como objectos privilegiados dos investimentos simbólicos e da recriação ou actualização dos estilos de vida por parte de alguns grupos sociais, mas também como espaços públicos que possibilitam o confronto dos sujeitos com os seus pares e os estranhos, sejam estes a massa anónima dos residentes da cidade ou os visitantes que ela acolhe temporariamente. Acresce ainda que estes espaços assumem um papel de mediação da relação simbólica e afectiva entre os indivíduos e a cidade, na

---

<sup>24</sup> Estamos aqui a pensar nos diferentes tipos de representação da cidade que emergem e se cristalizam em diversos contextos sociais: as representações eruditas, literárias, técnicas e científicas; as representações políticas; as representações que emergem nos contextos partilhados das interações quotidianas das populações que vivem e trabalham na cidade (seja daquelas que usufruem e utilizam directamente aquele tipo de espaços, seja igualmente daquelas que deles se vêem excluídas); as representações dos «outros», isto é, as que se forjam nas experiências efémeras e transitórias dos vários tipos de visitantes da cidade: os turistas, os não residentes que a ela se deslocam em trabalho ou negócios, etc. Subjacente a esta questão está, naturalmente, o

medida em que constituem dimensões polarizadoras das representações que se forjam a seu respeito e a respeito da sua identidade territorial<sup>24</sup>. Pela importância que têm na organização funcional e económica das cidades e na sua configuração urbanística e arquitectónica, os espaços públicos de consumo e lazer são ingredientes fundamentais das paisagens e das imagens culturais das cidades, funcionando como factores do *marketing* urbano e accionando estratégias políticas e económicas da sua promoção (Fortuna, 1997b).

Em Portugal escasseiam os estudos circunstanciados sobre estas espacialidades urbanas modernas, sobretudo numa dimensão sociológica que dê conta do seu lugar no conjunto da dinâmica do espaço público. No entanto, existe um espectro variado de espaços urbanos cujas virtualidades não podem senão ser enunciadas sob a forma de hipóteses de trabalho. Assim, enquanto conjunto de hipóteses de trabalho para uma avaliação da cultura em espaço público urbano, passamos a referir-nos, sem intenção de exaustividade, a quatro conjuntos ou tipos diferenciados de espaços.

O primeiro refere-se aos *espaços de vocação marcadamente comercial*, onde a oferta é orientada, não apenas para a satisfação das necessidades quotidianas, mas igualmente para consumos que integram componentes quer de natureza convivial e societal, quer de natureza lúdica e cultural. Incluem-se neste conjunto de lugares os centros comerciais, as ruas e áreas comerciais a céu aberto de circulação pedestre, as zonas especializadas em lazeres nocturnos, com elevada concentração de equipamentos como restaurantes, cafés, bares e discotecas. Trata-se de espaços onde predomina a iniciativa privada e cuja organização e regulação, sujeitas às lógicas do mercado, se traduzem em processos de normalização e de controlo restritivos quer dos seus usos,

---

entendimento de que a representação da cidade é um elemento central para a compreensão da sua orgânica, da vida que nela se processa e da identidade que se lhe atribui. Veja-se, a este respeito, a discussão desenvolvida por Rob Shields (1996) a propósito da importância das representações da cidade como factores centrais da sua «reificação como coisas», como «realidades» delimitadas a que é possível reconhecer uma «forma» específica e característica.

<sup>25</sup> Recuperamos aqui as categorias de classificação propostas pela tipologia dos lazeres e dos tempos livres de C. Lalive d'Epinay *et al.* (1982), nomeadamente aquelas que se reportam às práticas realizadas em espaço exterior/público: actividades de «sociabilidade local e urbana», em que predomina a função de interacção; de «expressão artística, desportiva ou ao ar livre» e de «participação expressiva», em que, como a própria designação indica, predomina a função expressiva; «espectaculares informativas», em que predomina a procura de informação.

quer das condições de admissão. Nestes lugares, o consumo combina-se com actividades de lazer e ocupação dos tempos livres de «sociabilidade urbana» e de «participação expressiva»<sup>25</sup>.

O desenvolvimento deste tipo de espaços tem sido associado à reorganização e diversificação da oferta comercial (cuja aceleração se tem feito sentir, sobretudo, a partir da década de 70) e às alterações dos padrões de consumo resultantes da elevação dos níveis de vida e da crescente procura de serviços de lazer entre as classes médias urbanas. Neste contexto, tem sido dada atenção especial à proliferação dos centros comerciais<sup>26</sup>, sinais mais visíveis daquelas transformações e símbolos por excelência da invasão das cidades pelas lógicas da sociedade de consumo. Estas novas superfícies comerciais, para além de originarem alterações sensíveis na cartografia urbana, seja na constituição de novas centralidades, seja na reabilitação de zonas urbanas em declínio, reflectem também as formas como as práticas de consumo incorporam outras dimensões que transcendem a relação estritamente económica dos actos de troca<sup>27</sup>.

A perspectiva que desejamos salientar é a da natureza ambígua destes novos espaços. Sendo espaços de admissão pública, no entanto, julgamos que a sua atractividade resulta do prolongamento que representam do espaço doméstico, o que faz deles espaços semi-públicos<sup>28</sup>. A oferta de estacionamento automóvel, a higiene, a segurança interna, as zonas funcionais separadas (alimentação, serviços pessoais, espaços de lazer, etc.) e a própria decoração interior remetem

---

<sup>26</sup> Esta proliferação é particularmente notória durante a década de 90. Na verdade, de acordo com dados da APCC (Associação Portuguesa dos Centros Comerciais), até 1990 contam-se 26 centros comerciais em funcionamento nas várias cidades do país (15 dos quais situados em áreas urbanas centrais de elevada densidade comercial). Até ao ano de 1996, terão sido inaugurados mais 23, estando programada a abertura de outros 21 nos anos de 1997 e 1998.

<sup>27</sup> Este aspecto tem sido sistematicamente salientado pelos estudos que se têm debruçado sobre estes espaços comerciais. Vejam-se, a este respeito, os trabalhos desenvolvidos, no quadro disciplinar da geografia urbana, por Teresa Barata Salgueiro (1992 e 1997) e António Gama e Norberto P. Santos (1997). Para uma análise de cariz mais sociológico sobre os centros comerciais, vejam-se os estudos de Paulo Peixoto (1995) e de Luísa Batista (1998).

<sup>28</sup> Autores como Bianchini e Schwengel (1991: 220-222) preferem considerá-los como *espaços públicos privados*, no sentido de «espaços de propriedade e gestão privada oferecidos ao uso público». Estes autores fazem salientar os condicionalismos à sua utilização livre e democrática, pois que «é cada vez mais restrito o tipo de 'estranhos' que se podem encontrar» em tais espaços, o que remete para a hipótese aqui sustentada do reforço dos enclaves de estilos de vida no espaço público urbano.

para um universo reservado e familiar que responde, em larga escala, aos valores de resguardo pessoal e intimidade das classes médias urbanas de hoje. Estamos perante a hipótese de contaminação de espaços e práticas sócio-culturais para que a sedução combinada das imagens, do consumo e do lazer muito contribuem, convertendo estes novos espaços em simulacros do espaço público e versões dissimuladas de autênticos parques temáticos<sup>29</sup>. Não nos parece, no entanto, que isso lhes retire pertinência para uma avaliação do seu lugar nas práticas culturais em espaço público.

Com efeito, um pouco por todas as cidades portuguesas, têm vindo a desenvolver-se (quer sob iniciativa dos agentes económicos privados, quer sob impulso das entidades públicas responsáveis pelo planeamento urbanístico) intervenções que inscrevem na paisagem urbana lógicas de consumo que trivializam o entendimento dos espaços da cidade como lugares de expressão pública da vida social. Estão, neste caso, as ruas encerradas ao trânsito e submetidas a intervenções de recuperação do elemento edificado e de modernização da oferta comercial e as novas áreas especializadas nos domínios da gastronomia e dos entretenimentos nocturnos.

Se olharmos mais atentamente para a recente pedonização de algumas ruas em áreas centrais das cidades, constatamos que a justificação desta estratégia urbana é normalmente sustentada num argumento tripla (de feição ambiental, de convite à convivialidade e de revitalização económica e comercial). A legitimidade desta intervenção não invalida o reconhecimento de influências do mercado de bens e serviços, pelo que, mesmo que sujeitas ao jogo da privatização, as ruas e as praças públicas não deixam de alimentar uma cultura de saída e de presença no espaço aberto da cidade.

Um segundo conjunto de hipóteses de trabalho diz respeito a um outro tipo de espacialidades urbanas, normalmente investidas de elevado simbolismo histórico e cultural. Trata-se dos *centros históricos, praças públicas e outras zonas monumentais reabilitadas* das cidades, convertidos em espaços de vocação patrimonial, com lugar destacado na composição da sua paisagem histórico-cultural. Lugares de acesso livre e democratizado, estes espaços constituem hoje, como constituíram no passado, uma parte importante do

<sup>29</sup> «Os espaços cheios de gente na cidade moderna, afirma Richard Sennett, ou são espaços sujeitos a uma cuidadosa trama do consumo, como no caso dos centros comerciais, ou são espaços sujeitos a uma cuidadosa trama do turismo» (Sennett, 1990: xii).

domínio público urbano, fortemente regulado pelos poderes públicos, mas igualmente objecto de intervenções e usos mercantis.

Apesar de serem exemplares da densidade histórica das cidades, são também zonas de enorme amplitude de significados e, por isso, de grande ambiguidade, que as aproxima do espaço heterotópico a que Michel Foucault (1986) se referiu. Esta ambiguidade decorre do cruzamento de várias influências e tensões que se articulam nestes espaços e nas narrativas que sustentam. Assim, por exemplo, são exemplares da autenticidade histórica da cidade, mas, como o demonstram numerosas investigações, a autenticidade está hoje, também ela, sujeita à regra do mercado, nomeadamente do mercado turístico e promocional das cidades. Deste modo, são frequentes as situações em que a autenticidade destes lugares não é senão uma autenticidade encenada, em que o elemento histórico e monumental surge combinado com o estético e o comercial<sup>30</sup>. Os processos de culturalização e de patrimonialização a que estão sujeitos, ao mesmo tempo que renovam a sua vocação de lugares públicos de circulação, encontro e intercâmbio material e simbólico (vocação eventualmente perdida nos fluxos históricos da recomposição social e morfológica das cidades), alteram profundamente o modo como assumem este papel. Investidos de novas funções representacionais e simbólicas (preservação da tradição cultural e da memória locais, emblematização da identidade local, promoção externa de imagens da cidade, no âmbito do *marketing* urbano), a sua vocação pública desdobra-se agora em dois novos sentidos: o de símbolos da história colectiva da cidade e o de lugares cosmopolitas (pontos de cruzamento entre residentes e visitantes da cidade) organizados em torno do turismo, do lazer e da estetização da paisagem cultural urbana. Desta forma, convidam a modalidades de utilização de forte natureza expressiva e a formas de fruição em que predomina quer o consumo visual, quer a apropriação identitária<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Exemplares arquitectónicos singulares, ruínas milenares, monumentos evocativos e de celebração, castelos medievais reconstruídos, etc., contam-se, neste domínio, entre os lugares que têm sido sujeitos a uma lógica de investimento comercial, nalguns casos pontual, noutras duradoura. *Rave parties*, desfiles de moda, espectáculos de «luz e som», feiras, festas e festivais revivalistas, contam-se entre as utilizações mais correntes, muitas delas por parte de cadeias multinacionais, que assim inscrevem em espaços «exóticos» as lógicas da globalização.

<sup>31</sup> Estes aspectos foram já analisados e discutidos em vários trabalhos. Vejam-se, por exemplo, Fortuna (1995a, 1995b e 1997a) e Fortuna e Peixoto (1997).



Estes fenómenos de requalificação, culturalização e patrimonialização das zonas históricas e dos centros tradicionais das cidades têm surgido por vezes também associados aos processos de «enobrecimento urbano»<sup>32</sup>. Apesar da grande heterogeneidade que revestem nos diferentes contextos urbanos em que têm sido observados, estes processos têm originado transformações morfológicas, culturais e económicas não muito divergentes das que acima discutimos. Em geral, concorrem para a revitalização do espaço público urbano, densificando socialmente os centros das cidades e reinvestindo-os não só de vida e animação colectivas, polarizadas em muitos casos por actividades de terciário superior e de oferta cultural e lúdica, mas também de valor simbólico e histórico-cultural. Mas pelo facto de ser, em muitos casos, modelada (ou mesmo planeada) de acordo com os estilos de vida e os padrões de consumo de segmentos da população mais favorecidos material e culturalmente, esta revitalização define selectividades e exclusões, que acabam por condicionar o uso público do espaço recriado. Para além disso, a revitalização desses espaços é também geradora de fenómenos de sobrevalorização e especulação imobiliária, que nele introduzem dinâmicas de privatização e mercantilização que condicionam o seu uso colectivo<sup>33</sup>.

Um terceiro grupo de questões refere-se às *zonas de lazer e consumo cultural polarizadas por grandes equipamentos de oferta cultural ou lúdica*. Aqui encontramos espaços promovidos e regulados quer pelos poderes públicos, quer por entidades privadas, quer por diversos tipos de parcerias entre ambos. O que mais caracteriza estes espaços é o facto de eles se estruturarem a partir de grandes equipamentos que potenciam em seu redor uma zona de lazer e recreação, em geral ao ar livre, aberta a modos de fruição complementares ou alternativos ao consumo estrito dos serviços mais especializados oferecidos por esses equipamentos.

Inclui-se aqui um conjunto diversificado de espaços, como

---

<sup>32</sup> Seguindo a tradução proposta por Carlos Fortuna (1997b), utilizamos aqui a expressão «enobrecimento urbano» para identificar os processos descritos na literatura anglo-saxónica sob a noção de «gentrification».

<sup>33</sup> Em Portugal, e de acordo com Walter Rodrigues (1990), é fraca a incidência de processos de «enobrecimento urbano» resultantes de movimentos de regresso ao centro da cidade, em virtude da fraca mobilidade residencial e profissional da população portuguesa e da rigidez do mercado imobiliário. Os fenómenos observáveis circunscrevem-se essencialmente a processos de regeneração e reabilitação despoletados pelos poderes municipais, o que não impede que neles se manifestem algumas das tendências apontadas.

as áreas culturais polarizadas por instituições de arte e cultura «cultivada» (museus, bibliotecas) mais vocacionadas para a captação de públicos restritos, ou os complexos de lazer (como parques temáticos) orientados para públicos de massas, ou ainda os espaços polivalentes e multifuncionais, que fazem confluir para um mesmo contexto formas culturais eruditas e de vanguarda e manifestações de cultura popular, às quais se associam simultaneamente serviços de cariz lúdico, turístico e de entretenimento<sup>34</sup>. Estes dois últimos tipos de espaços têm vindo, aliás, a exercer uma razoável atracção sobre as autoridades municipais e os agentes locais, suscitando o aparecimento de novos projectos de parques temáticos e de complexos de cultura, lazer e recreação concebidos como instrumentos de política urbana que visam a dinamização da vida cultural local, a afirmação regional das cidades e o desenvolvimento do mercado turístico<sup>35</sup>.

Trata-se, em consequência, de espaços de cruzamento de públicos e utilizadores heterogéneos, onde as práticas de consumo cultural ou para-cultural (mais pautadas pela «procura de informação», no sentido de C. Lalive d'Épinay) co-habitam ou se combinam com actividades diversificadas de lazer, recreação e entretenimento que assumem uma forte componente expressiva e de sociabilidade (e em que, tudo assim o indicia, predominam as visitas em grupo familiar).

Finalmente, um quarto tipo refere-se aos *espaços criados (ou recriados) pela realização de eventos culturais ou lúdicos de duração limitada* (festivais, espectáculos, exposições, instalações de arte pública, feiras, festas, desfiles de moda, grandes eventos) e que tanto podem revestir uma existência efémera, como podem cristalizar funções de cariz cultural ou lúdico na sequência das intervenções de que tenham sido

---

<sup>34</sup> Exemplos deste tipo de espaços podemos encontrá-los, para o primeiro caso, no complexo composto pelos equipamentos culturais da Fundação Calouste Gulbenkian e do amplo parque que os envolve, no Centro Cultural de Belém (ambos em Lisboa), ou na Fundação de Serralves (no Porto). Todos estes espaços são objecto de formas de apropriação e fruição que estão muito longe de se esgotar na utilização dos serviços artísticos e culturais prestados por aquelas instituições, como sugerem os estudos realizados junto dos públicos de Serralves (cf. Conde, 1995). No que se refere ao segundo caso, pensamos, por exemplo, no parque temático de Braga (Bracalândia). Quanto ao terceiro caso, o exemplo mais notável será o do Parque das Nações em Lisboa, espaço de cultura e lazer resultante da Expo'98 e que, apesar do seu carácter aparentemente provisório, parece indiciar um dos perfis da especialização funcional que a zona em que está implantado virá a adquirir no futuro.

<sup>35</sup> É neste quadro que se inserem, por exemplo, os novos complexos projectados para as cidades de Coimbra e Aveiro: respectivamente, o Parque Verde do Mondego e a Europa dos Pequenitos.

palco. Estamos a pensar em realizações promovidas pelo Estado (central ou local) ou por entidades privadas com o apoio do Estado, que operam processos de recuperação ou de reanimação de espaços da cidade abandonados, em declínio ou em fase de transição funcional.

Importa distinguir, pelos diferentes efeitos que promovem sobre o território urbano, três tipos de situações: as realizações potenciadoras da requalificação de espaços da cidade que por essa via cristalizam (ou se pretende que cristalizem) novas funções e novos arranjos morfológicos e sociais; os eventos que animam temporária mas regularmente lugares da cidade, convertendo-os em espaços de festa, celebração e sociabilidade lúdico-cultural que se renovam ciclicamente; e os acontecimentos que revitalizam efémera e episodicamente lugares que são depois devolvidos ao seu anterior abandono ou declínio<sup>36</sup>. A multiplicação de iniciativas deste género no universo urbano português parece hoje atestar não só o lugar central que as políticas de eventos têm vindo a assumir nas estratégias de gestão municipal (em articulação seja com as políticas para o património, a animação cultural e o *marketing* urbano, seja com as estratégias de representação que os agentes políticos nelas investem), mas também a importância da acção dos vários tipos de agentes culturais (aqui entendidos em sentido amplo) na reconfiguração da vida cultural das cidades.

Este tipo de realizações tem o efeito de, sob o impulso da festa, do lazer e da actividade cultural, devolver ou recriar, provisória ou continuamente, vida e sentido colectivos a espaços que deles se encontravam esvaziados, fomentando a emergência de novas formas de espaço público que importa questionar, não só na sua organização e regulação, mas também nas modalidades da sua utilização e apropria-

---

<sup>36</sup> A realização da Expo'98 e o projecto de requalificação urbanística da zona oriental de Lisboa a ela associado é o exemplo mais ilustrativo, em Portugal, do primeiro género de eventos. Vejam-se, a este respeito, os estudos da equipa coordenada por Vítor Matias Ferreira sobre o projecto de reconversão urbanística da Expo'98 (V. M. Ferreira: 1996 e 1997; A. Castro *et al.*, 1994 e 1997) e o trabalho de Claudino Ferreira (1998) sobre os contextos de produção deste mesmo mega-evento. Também o Mercado Ferreira Borges e a Alfândega do Porto se integram neste género de intervenções. Exemplos do segundo género de eventos são, entre outros, o Castelo de Montemor-o-Velho (que acolhe regularmente espectáculos teatrais no âmbito do Citemor); a utilização regular de antigos edifícios da cidade pelos Encontros de Fotografia de Coimbra. Finalmente, no que se refere ao terceiro género, um caso ilustrativo recente pode encontrar-se no Convento de São Francisco, em Coimbra, espaço episodicamente reanimado por espectáculos artísticos.

ção. No que se refere ao primeiro aspecto, as formas de revitalização a que nos referimos originam os mais variados formatos institucionais, constituindo por isso um universo privilegiado, até pelas muitas dinâmicas, interesses e tensões que mobilizam, para a análise dos múltiplos processos em que se desdobra a articulação entre o público e o privado na organização do espaço urbano (privatização de espaços públicos, passagem de espaços privados para o domínio público, estabelecimento de parcerias entre os sectores público e privado). No que toca ao segundo aspecto, e tal como no caso anterior, estes espaços parecem potenciar formas de utilização multifacetadas, em que consumo cultural, entretenimento e lazer expressivo e convivial se misturam em modalidades diversas, abrindo simultaneamente lugar para a emergência de formas de apropriação simbólica de cariz identitário.

## Conclusão

Os espaços que acabamos de inventariar assumem hoje um papel crucial na configuração das paisagens urbanas e na estruturação da vida pública e colectiva nas cidades. Apesar de serem lugares de passagem, de distração e de sociabilidades efémeras e fugazes, são territórios onde se materializa uma parcela substancial dos encontros e das interações entre os sujeitos, assim como da sua relação simbólica com a cidade.

Esses espaços autorizam formas de utilização e de apropriação em que se combinam, sob modalidades diversas, práticas culturais, de consumo e de lazer que incorporam componentes informativas, expressivas e conviviais. Nesse sentido, eles conferem diversidade e dinamismo ao espaço público urbano. Mas, em virtude do efeito combinado do poder regulador do mercado e do carácter socialmente diferenciador das práticas culturais, são também lugares de inscrição das desigualdades económicas e sociais e de reprodução das segmentações e exclusões culturais.

Dada a importância crescente que ocupam na organização social, económica e cultural das cidades e na transformação da sua morfologia, atestam a relevância, tanto analítica como política, das *práticas de saída* que se forjam em torno do consumo, do lazer e da cultura. Assim sendo, os lugares da espacialização das *práticas de saída* carecem de ser analisados, questionados e problematizados. Não fomos além de enunciar o que nos parece ser uma promissora agenda de investigação que, partindo do conjunto de questões que

esboçamos, há-de, por certo, atravessar transversalmente estes vários géneros de lugares e revelar o seu estatuto, a sua natureza e os seus efeitos enquanto contextos do exercício da vida pública e, por consequência, da qualidade da cidadania vivida na cidade contemporânea.

Julgamos que um dos efeitos laterais da reflexão a fazer sobre estas espacialidades urbanas será o de trazer um contributo complementar ao conhecimento hoje disponível sobre as práticas e consumos culturais dos portugueses. A seu tempo, tivemos oportunidade de recensear o denso e rico capital de conhecimento de que hoje dispomos acerca destas práticas e consumos. Procurámos também assinalar algumas das zonas menos consistentes deste conhecimento, ou mesmo deixadas ainda a descoberto.

Se o objectivo desta nossa reflexão era o de contribuir para uma discussão que possa aclarar a natureza da relação da cultura com o espaço público urbano em Portugal, devemos reconhecer que a sua compreensão exige que se completem e diversifiquem as perspectivas de análise. Só assim poderemos procurar responder à hipótese de partida sobre as condições em que pode ser pensada a redinamização do espaço público por via da cultura. Tendo sido uma zona de interrogação do próprio texto, tal interrogação continua, naturalmente, em aberto na sociedade portuguesa.

A evolução das condições de participação cívica e cultural numa sociedade crescentemente submetida às lógicas da mercantilização, da privatização, do consumismo e da segmentação social é uma evolução de desfecho incerto. No caso português, a partir do terreno das práticas e dos consumos culturais, bem como das espacialidades em que decorrem, não é possível ir além do reconhecimento que o espaço público tanto pode ser redinamizado e proporcionar uma sociabilidade mais densa e uma participação mais democrática com benefícios para a qualidade da cidadania vivida, como pode ser instrumentalizado ao serviço do reforço das competências e capacidades já estabelecidas e da cristalização das hierarquias sociais.

Podemos regressar à exclamação de Le Corbusier e deixar no ar a interrogação sobre qual destas «ruas», ou nenhuma, há-de sucumbir perante a investida da outra.

Carlos Fortuna  
Claudino Ferreira  
Paula Abreu

## Referências Bibliográficas

- 114
- Abreu, Paula 1995 «Turismo internacional de jovens: o universo das formas, dos motivos e das representações juvenis sobre a viagem», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 69-91.
- Almeida, J. Ferreira de *et al.* 1992 *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Almeida, João 1994 «Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos», in António Reis, *Portugal. 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.
- Ferreira de *et al.*
- Augé, Marc 1994 *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand [trad. Lúcia Mucznik].
- Batista, Luísa Mendes 1998 *A cidade e o consumo*. Universidade do Porto, dissertação de Mestrado.
- Bauman, Zygmunt 1987 *Legislators and Interpreters*. Oxford: Polity Press.
- Berman, Marshall 1989 *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*. Lisboa: Edições 70 [trad. Ana Tello].
- Bianchini, Franco; Schwengel, Hermann 1991 «Re-Imagining the City», in John Corner; Susan Harvey (org.), *Enterprise and Heritage. Crosscurrents of National Culture*. London/New York: Routledge, 212-234.
- Castro, Alexandra *et al.* 1994 «A Expo'98 de Lisboa: Observar enquanto se realiza», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 15, 123-142.
- Castro, Alexandra *et al.* 1997 «O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos da política urbana de Lisboa», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, 197-209.
- Conde, Idalina 1995 *O(s) público(s) de Serralves*. Fundação de Serralves/ CIES-ISCTE.
- Conde, Idalina 1997 «Cenários de práticas culturais em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 23, 117-188.
- Costa, A. Firmino da 1984 «Entre o Cais e o Castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 77-107.
- Costa, A. Firmino da; Guerreiro, Maria das Dores 1984 *O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama*. Lisboa: D. Quixote.
- d'Epinay, Christian 1982 *Temps libre. Culture de masse et cultures de classe aujourd'hui*. Lausanne: Pierre Marcel-Favre.
- Lalive *et al.*
- Donnat, Olivier; 1990 *Les pratiques culturelles des français, 1973-1989*. Paris: La Découverte/La Documentation Française.
- Cogneau, Denis
- Estanque, Elísio 1995 «O lazer e a cultura popular, entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 123-145.
- Featherstone, Mike 1991 *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage.
- Fernandes, 1998 *Práticas e aspirações culturais: Os estudantes da cidade do Porto*. Porto: Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.
- A. Teixeira *et al.*
- Fernandes, Luís 1998 *O sítio das drogas. Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Ferrão, João 1996 «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno», in António Barreto, *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS, 165-190.
- Ferreira, Claudino 1995 «Estilos de vida, práticas e representações sociais dos termalistas. O caso da Curia», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 93-122.
- Ferreira, Claudino 1998 «A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 43-67.
- Ferreira, Vítor Matias 1996 «A Expo'98 e a metrópole de Lisboa», in *Lisboa Expo 98. Projectos*. Lisboa: Blau, 35-38.
- Ferreira, Vítor Matias 1997 *et al.* *Lisboa, a metrópole e o rio. Centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Bizâncio.
- Fortuna, Carlos 1995a «Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 11-45.
- Fortuna, Carlos 1995b «As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais», in Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura e economia*. Lisboa: ICS, 209-230.
- Fortuna, Carlos 1997a «The Show Must Go On: Why Are Old Cities Becoming Fashionable?», in Laura Bovone (org.), *Mode*. Milano: Franco Angeli, 73-81.
- Fortuna, Carlos 1997b «Destradicionalização e imagem da cidade», in *idem* (org.) *Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras: Celta, 231-257.
- Fortuna, Carlos; Peixoto, Paulo 1997 «A reconversão simbólico-funcional dos centros históricos: o caso de Évora», *Regionalização e identidades locais*. Lisboa: Cosmos, 219-234.
- Foucault, Michel 1986 «Other Spaces: The Principles of Heterotopia», *Lotus International*, 48-49, 9-17.
- Freitas, Eduardo de; Santos, Maria de Lourdes Lima dos 1992 *Hábitos de leitura em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- Freitas, Eduardo de *et al.* 1997 *Hábitos de leitura. Um inquérito à população portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.
- Gama, António; Santos, Norberto P. 1997 «Espaços de sociabilidade», *Vértice*, 80, 13-19.
- Gaspar, Jorge, 1988 *Práticas culturais dos portugueses*. Lisboa: Direcção Geral da Acção Cultural/Centro de Estudos Geográficos (9 volumes).
- Gaspar, Jorge (org.) 1998 *Cidades médias. Imagem, quotidiano e novas urbanidades*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa (mimeo).
- Habermas, Jürgen 1989 *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, Mass.: MIT Press [1962].
- Harvey, David 1985 *Consciousness and the Urban Experience*. Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, Henri 1991 *The Production of Space*. Oxford: Blackwell [1971].

Carlos Fortuna  
Claudino Ferreira  
Paula Abreu

116

- Lopes, João Teixeira 1996 «Alguns contributos para o (re)pensar da noção de recepção cultural», *Cadernos de Ciências Sociais*, 15-16, 121-131.
- Nunes, João Sedas 1989 *A convivialidade e a relação com os outros*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Oliveira, J. M. 1995 «Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário», in Eduardo de Sousa Ferreira; Helena Rato (orgs.), *Portugal Hoje*. Lisboa: INA, 369-389.
- Paquete de
- Pais, José Machado 1989 *Usos do tempo e espaços de lazer*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Pais, José Machado 1993 *Culturas juvenis*. Lisboa: INCM.
- Pais, José Machado 1994 *Práticas culturais dos Lisboetas*. Lisboa: ICS. (coord.)
- Peixoto, Paulo 1995 «A sedução do consumo. As novas superfícies comerciais urbanas: um estudo de caso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 147-170.
- Pinto, José Madureira 1994 «Uma reflexão sobre políticas culturais», in *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local*. Lisboa: APS, 767-792.
- Pinto, José Madureira 1995 «Intervenção cultural em espaços públicos», in Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura e economia*. Lisboa: ICS, 191-207.
- Rodrigues, Walter 1990 «'Gentrification' e emergência de novos estilos de vida na cidade», in *Colóquio Viver (n)a Cidade. Comunicações*. Lisboa: Grupo de Ecologia Social – LNEC/Centro de Estudos Territoriais – ISCTE, 49-58.
- Saint-Maurice, Ana de 1997 *Identities reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Salgueiro, Teresa Barata 1992 *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Salgueiro, Teresa Barata 1997 «Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada», *Finisterra*, XXXII(63), 179-190.
- Santos, Boaventura de Sousa 1990 «O Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», in *idem, O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento, 105-150.
- Santos, Boaventura de Sousa 1995 «On Modes of Production of Social Power and Law», in *idem, Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. London/New York: Routledge, 403-455.
- Santos, Helena 1998 «Visitas à banda desenhada», *Oficina do CES*, 131.
- Santos, Helena et al. 1998 *Hábitos culturais e práticas de lazer da população do concelho de Aveiro*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade do Porto (mimeo).
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos 1994a «Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura», *Análise Social*, 125-126, 417-439.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos 1994b «Reprodutibilidade/raridade: o jogo dos contrários na produção cultural», in Alexandre Melo (org.), *Arte e dinheiro*. Lisboa: Assírio e Alvim, 121-134.



- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) 1998 *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Schmidt, Luísa 1989 *Dinheiro e bens materiais*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Schmidt, Luísa 1993 *A procura e a oferta cultural e os jovens*. Lisboa: Instituto da Juventude/ICS.
- Sebastião, João 1998 *Crianças da rua: Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Sennett, Richard 1986 *The Fall of the Public Man*. London: Faber & Faber.
- Sennett, Richard 1990 *The Coscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. New York/London: Norton.
- Shields, Rob 1991 *Places on the Margin: Alternative Geographies of Modernity*. New York/London: Routledge.
- Shields, Rob 1996 «A Guide to Urban Representation and What to Do about It: Alternative Traditions of Urban Theory», in Anthony King (org.), *Re-presenting the City. Ethnicity, Capital and Culture in the 21st-Century Metropolis*. London: Macmillan, 227-252.
- Silva, A. S. 1995 «Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano – uma análise de seis cidades portuguesas», in Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.), *Cultura e economia*. Lisboa: ICS, 253-270.
- Silva, A. S. 1997 «Cultura: das obrigações do Estado à participação civil», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 23, 37-48.
- Silva, A. S. 1995 *Prática e representação das culturas: Um inquérito na área metropolitana do Porto*. Porto: CRAT.
- Silva, A. S. et al. Santos, H. 1998 *Públicos para a cultura, na cidade do Porto*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Silva, A. S. et al. 1998 «Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos ilustrativos de uma difícil relação», *Cadernos de Ciências Sociais*, 18, 67-105.
- Stallybrass, Peter; White, Allon 1986 *The Politics and Poetics of Transgression*. London: Methuen.
- Turner, Victor 1969 *The Ritual Process: Structure and Antistructure*. New York: Aldine.
- Zukin, Sharon 1995 *The Cultures of Cities*. Cambridge, Mass.: Blackwell.